

BOLETIM

INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXIV nº 1337 - 21/03/2016 a 27/03/2016

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

PLANO SAFRA

CONHEÇA AS PROPOSTAS DA FAEP

Leite

A fazenda que ampliou a produção em 2.500%

Imposto

Dicas de como declarar o IR



CADASTRO AMBIENTAL RURAL

FALTAM

46

DIAS PARA O TÉRMINO DO PRAZO

www.sistemafaep.org.br

Encerramos esta edição do Boletim Informativo sem saber muito bem o que nos espera nesta semana. É lamentável ver o país imerso em uma luta polarizada como essa, incentivada por um governo que não hesita em conferir foro privilegiado e ceder poder a um homem suspeito de participar de uma série de crimes.

Não é momento de acirrar os ânimos, mas é preciso ser firme para defender os preceitos democráticos. Não há dúvidas de que transformar o ex-presidente Lula em um superministro é um golpe na democracia.

O risco de um impasse institucional como esse em que o governo nos coloca é paralisar o país. Investimentos públicos e privados, tramitação de projetos, tudo congela à espera de uma solução que parece, ainda, distante.

Quer dizer: para tudo, menos o trabalho do agropecuarista, porque a mudança natural das estações e o ciclo de vida das plantas e dos animais não se interrompe por ações de uma ou outra pessoa. A grande lição tiramos de nossos rebanhos e lavouras é essa – a vida continua, não importa o estresse que sobre nós se imponha. A política e a economia podem dificultar um tanto o nosso trabalho, mas é o nosso esforço e a força da natureza que definem nossos resultados.

Em tempos difíceis, desejamos o melhor para você, leitor, e para o nosso país.

Boa leitura!

Índice

Opinião	03
PAP	04
Imposto de renda	09
Personagem - Leite	10
Programa ABC	12
Integradores	15
História - A revolta dos Colonos	16
Agrinho	18
Pecuária moderna	20
Carnes	21
CAR	22
Sucessão Familiar	23
Tecnologia	24
Conseleite	25
Notas	26
Eventos Sindicais	27
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP; Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal: Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Franco Iacomini | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da edição 1337:

Fernando Santos, Milton Dória, Agência Brasil, Divulgação e Arquivo FAEP

Contra o casuísmo

Confederação expressa a preocupação dos produtores rurais diante das dificuldades que vive o país



A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), entidade máxima de representação da agropecuária brasileira, tem o dever de expressar as preocupações dos produtores rurais diante das graves dificuldades que vive o País. Único segmento da economia brasileira a apresentar crescimento e a mostrar desempenho superavitário na balança comercial, o setor se credencia a alertar para o desastre iminente.

O Brasil está em profunda recessão em virtude de reiterados erros de concepção e condução de política econômica. O preço por estes erros está sendo pago com muito sacrifício pelo setor produtivo e pelos trabalhadores. Nem assim o poder político reage na direção certa. Nada está sendo feito para corrigir os rumos da economia.

A irresponsabilidade política e as soluções casuísticas parecem aspirar apenas à própria sobrevivência, sem mais nenhum propósito de resolver os verdadeiros problemas do país e das pessoas. Esta paralisia e essa falta de compromisso tornam a crise

cada vez mais profunda e muito mais alto o custo de sua solução.

O governo é parte central do nosso drama, pelo seu peso na renda nacional e porque é quem dispõe, com exclusividade, dos instrumentos de política econômica que podem mudar o rumo da economia. Por isto, o governo é o responsável pela situação que estamos vivendo. E deve à Nação o fim da crise.

Os produtores rurais acompanham com apreensão e angústia este drama, que é de todos nós. Vivemos uma situação que não pode perdurar. Repudiamos qualquer movimentação social que acirre os ânimos e gere violência. Esperamos que as instituições e o sistema político, em sintonia com o sentimento geral da sociedade, encontrem o caminho de volta ao crescimento, ao equilíbrio e à harmonia entre os brasileiros.

16 de março de 2016

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA

As propostas para o PAP

Organizações paranaenses levaram ao governo federal documento elaborado a partir de discussões com produtores, sindicatos rurais e cooperativas



O Sistema FAEP/SENAR-PR, junto com o Sistema Ocepar e a Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab), entregou no dia 15 ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) as propostas do setor agropecuário paranaense para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2016/2017. As propostas também serão entregues ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para o Plano Safra 2016/2017. O documento foi elaborado a partir de pesquisas realizadas pela FAEP com os sindicatos rurais e produtores e pela Ocepar junto às cooperativas, com a participação da Seab.

O documento está dividido em quatro capítulos e pede o aumento do volume de recursos para R\$ 225 bilhões para o financiamento de custeio, comercialização e investimento na safra 2016/17, destinando R\$ 35 bilhões à Agricultura Familiar e R\$ 190 bilhões à Agricultura Empresarial e redução da taxa de juros de 8,75% para 7,50% ao ano. No ano passado, o volume total de recursos ficou em R\$ 187,7 bilhões. Há ainda reivindicações sobre gestão de risco rural, medidas setoriais e apoio ao médio produtor rural.

O Sistema FAEP/SENAR-PR, assim como a Ocepar e a Seab, entendem que a política agrícola é fundamental para apoiar a ati-

vidade. Esse apoio pode ser o estímulo aos investimentos com programas adequados de crédito rural, dando suporte à comercialização dos produtos agrícolas com os mecanismos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), ou, amenizando os riscos com o Programa de Seguro Rural (PSR), além de políticas de longo prazo que são necessárias.

Números do setor

Em 2015 o agronegócio respondeu por 46% das exportações brasileiras. A atividade agropecuária é responsável por 24% do PIB do país. Sem o resultado do setor, o saldo da balança comercial brasileira teria sido negativo em US\$ 55,45 bilhões. Com investimentos cada vez maiores em tecnologia para aumento de produtividade e redução de custos.

De acordo com levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) o Paraná deve produzir 37,9 milhões de toneladas de grãos na safra 2015/16. As atividades agrícola e pecuária paranaenses movimentam cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) no Estado, através da transformação da produção e dos ser-

viços associados à cadeia do agronegócio.

No ano passado, a agricultura paranaense foi responsável pela criação de 3.067 novos postos de trabalho com carteira assinada, convertendo-se em um dos poucos setores que continuam contratando, apesar da retração da economia. As informações são do boletim anual do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego.

O que há nos documentos

Veja algumas das reivindicações levadas ao MAPA por FAEP, Ocepar e Seab

• CRÉDITO RURAL

- Aumentar para R\$ 225 bilhões o volume de recursos para o financiamento de custeio, comercialização e investimento na safra 2016/17, destinando R\$ 35 bilhões à Agricultura Familiar e R\$ 190 bilhões à Agricultura Empresarial.

- Elevar os recursos do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 2,5 bilhões ao ano. No mesmo programa, aumentar o limite de financiamento dos atuais R\$ 100 milhões para R\$ 200 milhões/ano para as cooperativas

singulares; e de R\$ 200 milhões para R\$ 400 milhões/ano para as cooperativas centrais. Reduzir, ainda, a taxa de juros de 8,75% para 7,5% ao ano.

- No Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro), aumentar o montante de recursos para a modalidade Procap-Agro Giro de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 3 bilhões ao ano. Reduzir a taxa de juros do financiamento na modalidade do Procap-Agro Giro dos atuais 10,5% para 8,5% ao ano.

- No Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro), aumentar o montante de recursos de R\$ 400 para R\$ 500 milhões. Aumentar de R\$ 800 mil para R\$ 1,0 milhão o limite de crédito por beneficiário independente de outros créditos contraídos ao amparo de recursos controlados do crédito rural e de crédito coletivo de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,0 milhões. Reduzir a taxa de juros de 8,75% para 7,50% ao ano. Incluir a possibilidade de financiamento da construção de moradia para produtores e empregados domiciliados na propriedade e vinculados às atividades agropecuárias.

- No Programa Agricultura de baixo Carbono (ABC), aumentar o montante de recursos de R\$ 3 bilhões para R\$ 3,6 bilhões. Reduzir as taxas de juros dos financiamentos de 7,5% para 6,5% ao ano para produtores do Pronamp e de 8,0% para 7,0% ao ano para demais produtores. Incluir a atividade de bovinocultura de leite como item financiável no programa.

- Aumentar o limite de financiamento do BNDES Automático, de R\$ 20 milhões para R\$ 30 milhões.

- No Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), elevar o montante de recursos de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 2,0 bilhões em 2016/17. Aumentar o limite de financiamento de R\$ 1,0 milhão para R\$ 1,5 milhão por beneficiário, e de R\$ 3,0 milhões para R\$ 4,5 milhões o limite para crédito coletivo. Reduzir a taxa de juros de 7,5% para 6,5% ao ano. Incluir como item financiável projetos na área de piscicultura integrada.

- No Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), ampliar o montante de recursos de R\$ 2,0 para R\$ 3,0 bilhões por safra. Reduzir a taxa de juros de 7,5% para 6,0% ao ano e no caso de produtores enquadrados no Pronamp para 3,5%. Admitir no âmbito do PCA projetos para construção, modernização e readequação de unidades armazenadoras, independente da elevação da capacidade estática.



- No Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), reduzir as taxas de juros do programa de 7,5% para 6,5% ao ano para produtores com renda bruta anual de até R\$ 90,0 milhões e de 9,0% para 8,0% ao ano para demais produtores. Aumentar o montante de recursos dos atuais R\$ 3,65 bilhões para R\$ 4,5 bilhões.

- No Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), aumentar o montante de recursos dos atuais R\$ 5,3 bilhões para R\$ 6,5 bilhões. Aumentar a renda bruta de enquadramento de R\$ 1,6 para R\$ 1,8 milhão por beneficiário. Ampliar o limite de crédito por beneficiário dos atuais R\$ 385 mil para R\$ 500 mil. Reduzir a taxa de juros do programa dos atuais 7,5% para 6,5% ao ano. Manter prazo de 12 anos para investimentos fixos, aumentar de seis para até oito anos no caso de investimentos semifixos. Incluir como item financiável a casa dos funcionários.

- No Programa de incentivo à irrigação e à armazenagem (Moderinfra), aumentar o montante de recursos dos atuais R\$ 290 milhões para R\$ 350 milhões. Reduzir a taxa de juros dos atuais 8,75% para 7,5% ao ano. No caso de crédito coletivo reduzir de 7,5% para 6,5% ao ano.

- No Programa de sustentação do investimento (PSI Rural), aumentar o montante de recursos dos atuais R\$ 6,35 bilhões para R\$ 7,65 bilhões E Reduzir a taxa de juros de 7,5% para 6,5% ao ano para produtores com renda bruta anual de até R\$ 90 milhões, e de 9,5% para 8,0% ao ano para os demais produtores.

- Reduzir as taxas de juros do crédito rural de custeio de 8,75% para 7,5% ao ano. Aumentar o limite da modalidade, de R\$ 1,2 milhão para R\$ 1,5 milhão por beneficiário. Isentar a taxa de IOF (0,38%) sobre as operações de crédito rural, adiantamentos para o produtor rural e operações de hedge.

- Aumentar o limite de crédito com renovação simplificada no Pronamp passando de R\$ 80,0 mil para R\$ 750,0 mil por beneficiário. Como incentivo à modalidade, estabelecer juros de 7% ao ano.

• POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)

- Reajustar em 16,5% o preço mínimo do milho, de R\$ 17,67/saca de 60 kg para R\$ 20,60/saca, considerando o custo de produção calculado pela Conab.

- Assegurar recursos de, no mínimo, R\$ 5 bilhões para apoiar a comercialização da safra brasileira.

- Inserir a soja nos produtos beneficiados no Financiamento para Estocagem de Produtos Agropecuários Integrantes do FGPP (financiamento para a garantia de preços ao produtor) - MCR 4-1-3-a-l, ao amparo de recursos obrigatórios a cooperativas que beneficiem e industrializem o produto.

- Criar preço mínimo definitivo para suínos e permitir Financiamento de Estocagem de Produtos Agropecuários Integrantes da PGPM (FEPM).

- Promover a remoção dos estoques públicos de milho do Centro-Oeste para o Sul do Brasil visando o atendimento das vendas em balcão para produtores rurais.

• GESTÃO DE RISCO RURAL

- Prever no PAP 2016/17 R\$1,1 bilhão no Programa de Seguro Rural, com um cronograma de liberação oportuna de recursos, considerando o calendário agrícola: a contratação do seguro rural deve ser ofertada com subvenção do PSR no período em que o produtor está comprando os insumos ou contratando o financiamento de pré-custeio. Manter a política de negociação coletiva do seguro agrícola de soja.

- Publicar edital de negociação coletiva de seguro agrícola de trigo com a previsão de cobertura de perdas de produção e cobertura de quebra de qualidade quando a mesma for oriunda de evento amparado pelo Seguro Agrícola. Por exemplo: em função de chuva excessiva na cultura de trigo, onde o produto colhido é de baixa qualidade.

Propostas de percentuais e limites de subvenção do PSR para 2017-2021:

Modalidades	Grupos de Atividades	Tipo de Cobertura	Nível de Cobertura	Subvenção (%)	Limites Anuais (R\$)
Agrícola	Trigo, milho 2ª safra, feijão e frutas	Multirrisco	≥ 65%	60%	R\$ 72 mil
	Grãos	Multirrisco	≥ 65%	45%	
		Riscos Nomeados	-----	45%	
	Olerícolas, Café, cana-de-açúcar	-----	-----	45%	
Florestas	Silvicultura (Florestas plantadas)				R\$ 24 mil
Pecuário	Aves, bovinos, bubalinos, caprinos, equinos e suínos	-----	-----	45%	R\$ 24 mil
Aquícola	Carcinicultura, maricultura e piscicultura				R\$ 24 mil

VALOR MÁXIMO SUBVENCIONAL (CPF/ano) R\$ 144 mil

* Inclusive trigo, e milho 2ª safra

Criar o programa de subvenção ao prêmio de contratos de opção atrelados aos financiamentos de custeio a exemplo do que ocorre no Estado de São Paulo.

• PROAGRO

- Alterar o MCR 16-5-21 a 16-5-26, prevalecendo a seguinte regra a partir da safra 2016/17. Retornar, para os produtores que não tiveram deferimento do pedido de cobertura na última safra, a cobertura inicial de Proagro ao percentual de 100%, criando uma regra de decréscimo de 100% para até 80%. Considerando que o acesso ao Proagro está vinculado ao Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), há uma redução nos riscos de perdas na lavoura. Como regra transitória, para os produtores que tiveram deferimento do pedido de cobertura na última safra o percentual será de 90%. O primeiro enquadramento é realizado com percentual máximo de cobertura (100%), perdendo dez pontos percentuais a cada enquadramento do mesmo empreendimento que contar com deferimento de pedido de cobertura, até o limite mínimo de 80% no caso do empreendimento ter recebido dois deferimentos do pedido de cobertura. Nesse caso, da mesma forma, o produtor recupera o status de cobertura de 100% ao não apresentar deferimento de cobertura a cada safra, sendo acrescidos dez pontos percentuais até o limite máximo de 100%.

- No MCR 16-5-13 sugere-se a seguinte redação: Valor das receitas e das perdas não amparadas para fins de dedução da base

de cálculo de cobertura deve ser aferido pelo agente na data da decisão do pedido de cobertura em primeira instância com base em:

- Preço indicado na primeira via NF representativa da venda, se apresentada até a data da decisão do pedido de cobertura pelo agente em primeira instância, para parcela comercializada;
- Parcela não comercializada com base nos preços de mercado na data da decisão do pedido de cobertura pelo agente em primeira instância.
- Parcela não comercializada com base nos preços de mercado na data da decisão do pedido de cobertura pelo agente em primeira instância.
- Alterar no MCR-16-2-14 (Vigência do Amparo do Proagro): para passar a dar cobertura a partir da data de plantio e encerrar com o término da colheita (excluir - término do período de colheita para a cultivar, isto porque fatores climáticos podem influenciar no ciclo da planta).
- Dar celeridade à análise de processos do Proagro, melhorando a estrutura da Comissão Especial de Recursos (CER/Proagro), a qual não está conseguindo julgar os processos com a dinâmica necessária por diversos fatores, e o principal é o pequeno quadro de profissionais para realizar as análises dos processos. A morosidade dos trabalhos da CER prejudica os agricultores, porquanto o julgamento dos processos está ultrapassando os 120 dias em que



a operação fica prorrogada.

- Unificar no Banco Central as culturas como olerícolas de ciclo até 120 dias de produção durante todo o ano (esta medida permitirá que o horticultor compre insumos para o ano e possa plantar culturas diferentes para um mesmo financiamento, fazendo rotação de cultura).

- Incluir tromba d'água na cobertura como evento amparado pelo Proagro. Elevar o limite de cobertura do Proagro dos atuais R\$ 300 mil para R\$ 500 mil por produtor e por safra.

• RENEGOCIAÇÕES DE DÍVIDAS

- Alterar o MCR 13-1-4, tornando obrigatória a renegociação das operações de investimento do BNDES quando comprovada a incapacidade de pagamento, conforme os critérios do MCR 2-6-9.

- Aprovar ato normativo para autorizar aos agentes financeiros a substituição de garantias vinculadas à renegociação das dívidas dos programas de Securitização, Pesa, Recoop e Funcafé para liberar as hipotecas na proporção da dívida já amortizada.

- Permitir a liquidação antecipada das dívidas (Pesa, Securitização e Recoop) mediante a concessão de um bônus.

- Permitir a liberação de garantias para operações de securitização com saldos devedores menores que R\$ 50 mil.

- Permitir nova renegociação ou liquidação, conforme os critérios da Lei nº 11.775/2008 para operações de crédito rural inscritas em Dívida Ativa da União – DAU, as quais não foram contempladas pela Lei nº 13.001/14.

• CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

- Conceder prazo de mais um ano para que os agricultores possam efetuar o cadastro de suas propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que segundo a legislação encerra-se em 05/05/2016.

• PESQUISA

- Viabilizar recursos para financiamento de projetos de pesquisa aplicados a agricultura nos municípios que possuem instituições de ensino superior, para que trabalhem em projetos conjuntos com os órgãos oficiais de pesquisa e cooperativas.

- Investir na pesquisa aplicada de manejo e conservação de solos e água para melhor desenvolvimento das culturas soja, milho, trigo, seringueira entre outras culturas.

- Permitir às Cooperativas e suas Fundações, acesso aos recursos do Finep de subvenção econômica para a pesquisa.

• SENSORIAMENTO REMOTO

- Postergar para 1 de julho de 2017 a exigência do sensoriamento remoto para operações de custeio maiores que R\$ 40 mil, pois de acordo com a Resolução nº 4.427 do Conselho Monetário Nacional esta exigência começa a valer em 01 de julho de 2016.

• ENERGIA

- Criar programa de financiamento destinando R\$ 500 milhões para instalação de sistemas de “geração distribuída” de energia (solar, biomassa, eólica e hidrelétrica), objetivando possibilitar que os produtores, especialmente da pecuária intensiva, possam gerar energia para seu abastecimento próprio e comercializar o excedente.

• APOIO AO MÉDIO PRODUTOR

- Ampliar o volume de recursos do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), de R\$ 18,9 bilhões para R\$ 22 bilhões. Ampliar o limite de financiamento por produtor no Pronamp, dos atuais R\$ 710 mil para R\$ 750 mil, e a renda bruta de enquadramento, de R\$ 1,6 milhão para R\$ 1,8 milhão por beneficiário. Reduzir a taxa de juros do médio produtor de 7,75% para 6,5% ao ano.

- Instituir um mecanismo legal de enquadramento para médios produtores a exemplo da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).



A hora de declarar

Sistema FAEP/SERNAR-PR capacitou pessoal de sindicatos rurais para auxiliar na hora de preparar a prestação de contas ao Fisco



Começou no dia 1º de março o prazo para a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física. Até dia 29 de abril cerca de 28,5 milhões de brasileiros terão de prestar contas ao Leão da Receita Federal. Nos dias 16 e 17 de março, o Sistema FAEP/SERNAR-PR promoveu, em Curitiba, uma capacitação para orientar funcionários e diretores dos sindicatos rurais de todo o Estado.

Ao todo, 31 pessoas participaram do curso ministrado pelo contador e consultor do Sistema, Wesley Borges. Segundo ele, os produtores rurais precisam se organizar para não perder o prazo e serem penalizados. “A nossa orientação é de que o produtor rural procure o sindicato dois meses antes do prazo começar e não deixe para fazer isso na última hora”, destacou Wesley.

De acordo com o contador, o produtor deve ficar alerta porque o cruzamento de dados de informações da Receita Federal está cada vez mais rigoroso. “Por isso, ele deve apresentar as devidas notas de receitas e despesas do resultado da atividade rural para que sejam aplicadas as alíquotas”, observou.

Pelas regras vigentes, o contribuinte é obrigado a declarar o Imposto de Renda se, no ano passado:

- Recebeu mais de R\$ 28.123,91 de renda tributável no ano (incluindo salários, por exemplo); ou
- Ganhou mais de R\$ 40 mil isentos, não tributáveis ou tributados na fonte no ano (como indenização trabalhista, por exemplo); ou
- Teve ganho com venda de bens (casa, por exemplo); ou
- Comprou ou vendeu ações em bolsas ou realizou operações em bolsas de mercadorias ou futuros; ou
- Era dono de bens de mais de R\$ 300 mil; ou

- Vendeu um imóvel residencial e comprou outro num prazo de 180 dias, usando isenção de IR no momento da venda.

Em relação à atividade rural:

- Obteve receita bruta superior a R\$ 140.619,55; ou
- Pretenda compensar, no ano-calendário de 2015 ou posteriores, resultados negativos (prejuízos) de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2015, sendo vedada, neste caso, a utilização do desconto simplificado.

MULTA

No caso de apresentação após o prazo previsto ou da não apresentação, fica sujeito ao pagamento de multa por atraso, calculada da seguinte forma:

- Existindo imposto devido, multa de 1% ao mês-calendário ou fração de atraso, incidente sobre o imposto devido, ainda que integralmente pago, observados os valores mínimo de R\$ 165,74 e máximo de 20% do imposto devido;
- inexistindo imposto devido, multa de R\$ 165,74.

ATENÇÃO:

- É devido por toda pessoa física ou jurídica, quando receber direitos como herança (causa mortis) ou doação (intervivos), o Imposto Sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), é um imposto estadual previsto na Lei nº 8.927/1988.



Visita - No último dia 16 de março, o grupo de 31 pessoas que participou da capacitação sobre declaração de Imposto de Renda visitou o presidente do Sistema FAEP/SERNAR-PR, Ágide Meneguette, em Curitiba.

A dama do leite

Como uma produtora “novata” conseguiu elevar em 2.500% a produção da propriedade



A história da produtora rural Margareth Schmitk Koller, 48 anos, comprova o ditado – no caso ela, o olho da dona realmente engordou o gado. Há 10 anos, ela assumiu a administração da leiteria na Fazenda Barbaqua, a 18 quilômetros de Castro, e fez uma verdadeira revolução na propriedade. A produção, que era de 75 litros de leite por dia, passou para 2 mil litros, um crescimento de mais de 2.500%. Além disso, a produtividade média é de 27 litros por vaca. Os números marcam um ponto fora da curva da pecuária de leite no Paraná, onde a média é de 15 litros de leite por animal ao dia.

Descendente de alemães em meio aos holandeses dos Campos Gerais, Margareth assumiu o comando da leiteria em 2006, quando o marido Leonel Koller, estava prestes a abandonar a atividade para dedicar-se apenas à produção de grãos. Na época, apesar da falta de experiência, a dona de casa e ex-vendedora, aceitou o desafio de assumir o negócio. No início,

teve dificuldades na hora de manejar o rebanho. “Quando uma vaca berrava, eu achava que ela estava com fome. Pior ainda era quando ela criava, não sabia o que fazer. Só me restava pedir ajuda aos vizinhos”, recorda, extrovertida.

Margareth lembra ainda que, em outras situações, os vendedores de produtos veterinários tentavam enganá-la. “Teve um caso que um vendedor me ofereceu um remédio afirmando que as minhas vacas estavam muito magras porque estavam aparecendo as costelas. Depois aprendi que quanto mais magra, mais leite ela dá”, diverte-se.

Diante da nova atividade, o jeito foi correr atrás de informação e conhecimento. Entre um curso e outro do SENAR-PR, encontrou no Sindicato Rural de Castro todo o apoio que precisava. “Fiz cursos de manejo, ordenha e inseminação artificial, entre outros”, enumera.

As mudanças não tardaram a aparecer. De um total de 12

vacas da raça Jersey, passou para 70 animais em lactação. Da pastagem pouco nutritiva e desorganizada, surgiu a grama tifton e os piquetes. A dieta do rebanho também foi reforçada com a silagem duas vezes ao dia. “A nutrição é o que faz a diferença durante o manejo do animal”, observa.

A estrutura precária feita de lona e madeira para alimentar as vacas se transformou num barracão com capacidade para alojar 90 vacas. Hoje, toda a ordenha é mecanizada. Margareth sabe o nome e número de todas as vacas e mantém fichas atualizadas com detalhes do rebanho. “Foi teoria e prática com 100% de aproveitamento”, orgulha-se.

O segredo da sua gestão, segundo ela, além do manejo correto com as vacas, é colocar a mão na massa. “Eu trato dos animais, faço inseminação artificial, dirijo trator, ou seja, faço de tudo um pouco. Além disso, fico de olho no trabalho dos meus funcionários, se estão fazendo o manejo da forma adequada. O segredo é oferecer à vaca tudo o que ela precisa: bem-estar e comida”, revela.

Hoje, ela entrega diariamente 2 mil litros de leite à BRF e a sua propriedade se tornou um modelo na região. “Enquanto a maioria dos produtores mantém uma média de seis pessoas para administrar uma produção de 1 mil litros de leite por dia, eu tenho apenas duas”, compara.

A dedicação à atividade é visível na parede do seu escritório, com certificados e prêmios à mostra. Quando se trata da rentabilidade da leiteria, ela reclama: “Hoje recebo R\$ 1,18 pelo litro de leite, mas para cobrir os custos e despesas deve-

ria vender por R\$ 1,50”.

Apesar de estar operando no vermelho, com as mãos calejadas, que Margareth não tem vergonha de esconder, ela conta que todo o esforço valeu a pena ao longo desses anos e é apaixonada pelo que faz. “Não me imagino sem as minhas vacas”, diz.

Jaqueline é a estrela

Entre as 70 vacas que estão na ordenha, Jaqueline é o xodó de Margareth. Esbelta, elegante e mansa, a vaca já chegou a produzir 61 litros de leite por dia. “É um dos melhores animais que temos aqui”, observa Margareth. Hoje, aos seis anos de idade, Jaqueline está produzindo uma média de 45 litros de leite por dia porque foi inseminada e provavelmente está prenha, segundo a produtora. “Durante a gestação, elas produzem menos leite”, justifica Margareth, orgulhosa.

Precocidade, alta conversão alimentar e longevidade estão entre as principais características da raça Jersey. “A vaca produz um leite de qualidade e é dócil, o que facilita durante o manejo.”





O ABC do ILPF

Sistema que alia lavoura, pecuária e floresta é boa alternativa para recuperar pastagens degradadas e aproveitar áreas declivosas da propriedade

Pastagens recuperadas, maior quantidade e qualidade de forragem e maior conforto térmico dos animais. Esses são alguns dos benefícios do sistema Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), que associa de forma harmônica e sustentável estas três atividades, trazendo benefícios para todas elas.

O sistema faz parte das estratégias do Plano ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), criado pelo governo federal em 2011 para reduzir a emissão dos gases causadores do efeito estufa no setor agrícola. O objetivo é ter mais eficiência no uso de recursos naturais, possibilitando a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas. Além de bom para o meio ambiente, trata-se de uma opção interessante de manejo para quem deseja recuperar áreas degradadas e diversificar as opções de renda.

Foi pensando nisso que o engenheiro-agrônomo Vicente Michaliszyn, de Pato Branco, decidiu apostar nesse sistema em sua propriedade. Segundo ele, seu objetivo principal era melhorar as pastagens, principalmente nas áreas mais declivosas. Em um primeiro momento ele realizou a correção do solo e fez a adubação com cama de aviário. Depois plantou eucaliptos em linha, em dois tipos diferentes de espaçamento, com as pastagens cobrindo o espaço entre as árvores. Na

seqüência, o produtor realizou o manejo florestal para retirar as árvores menores, que foram aproveitados como palanques de cerca, abrindo espaço para que as árvores vizinhas cresçam com mais vigor.

“A floresta entra como uma alternativa de renda, pode se transformar em energia na propriedade, melhora o sombreamento para o gado e contribui com o de sequestro de carbono. Também mobiliza nutrientes, deixando o solo mais fértil”, observa Michaliszyn.

Segundo ele, o processo começou há quatro anos, de forma gradual. Em um primeiro momento o sistema ILPF foi aplicado em um quarto da propriedade, cuja área total tem cerca de 290 hectares. Neste espaço foram introduzidos eucaliptos e pastagens (Estrela Africana, Aruana e Áries). Onde havia lavoura de soja, feijão e milho, foram introduzidas culturas de inverno, como aveia e azevém, para complementar a alimentação dos animais. No verão eles ficam na área de pastagens e no inverno, na área de lavoura.

Com a adoção dessa estratégia, o produtor consegue aproveitar as áreas “dobradas” da propriedade como pastagem, além disso, com a adubação bem feita, é possível colocar mais animais para pastar em uma mesma área.

Seu plantel reúne 120 cabeças de gado, a grande maioria da raça



Angus e cruzamentos. Também há ovinos, que alternam o pastejo com gado em alguns talhões, uma estratégia positiva já que os parasitas de um animal controlam os parasitas do outro.

Além de se alimentar melhor, nos dias mais quentes, os animais encontram refúgio nas sombras dos eucaliptos. “Nesse sistema todos os índices melhoram, taxa de prenhez, de mortalidade, tudo em função de uma pastagem melhor”, observa.

Na atividade há 15 anos, Michaliszyn reconhece que o investimento para a adoção do sistema ILPF não é barato. “Tem que pagar o técnico, a correção de solo, as mudas do eucalipto”, avalia. Segundo ele, este tipo de manejo deve ser acompanhado de perto pelo produtor, uma vez que não existe fórmula exata para o seu sucesso e as variáveis mudam de propriedade para propriedade. “Você precisa de um planejamento estratégico, mas também precisa estar atento para as tomadas de decisão que ocorrem ao longo do caminho”, afirma.

Pecuária Moderna

O produtor é coordenador do Comitê Regional do Plano Pecuária Moderna em Pato Branco. A iniciativa, lançada pela FAEP em agosto de 2015, tem como objetivo fortalecer e modernizar a pecuária de corte no Paraná. Para isso, uma das estratégias é acompanhar propriedades que se destacam nas diversas regiões do Estado, monitorando a evolução da sua produtividade, para que cada uma destas experiências sirva de modelo para outros pecuaristas que buscam melhores resultados.

Dessa forma, a propriedade de Michaliszyn poderá em breve se tornar referência em pecuária e o manejo ILPF poderá ser difundido e incentivado na sua região. “Com o fim da soja safrinha, isso poderá ser uma alternativa interessante para muitos produtores”, avalia.

O caminho do crédito

Para implantar o sistema ILPF em sua propriedade, o produtor e engenheiro-agrônomo Vicente Michaliszyn utilizou a linha de crédito ABC, do Banco do Brasil, direcionada a ações alinhadas com o conceito de Agricultura de Baixo Carbono.

Essa linha pode ser usada para aquisição de matrizes, de insumos, construção de benfeitorias, contratação de serviços, entre outros. Ela tem limite de R\$ 2 milhões por beneficiário, que pode ser estendido se o objetivo for a implementação de florestas comerciais para R\$ 3 milhões, para áreas de até 15 módulos fiscais, e R\$ 5 milhões para áreas acima de 15 módulos fiscais.

O reembolso, em parcelas semestrais ou anuais, é definido de acordo com o projeto técnico e com o fluxo de receitas da propriedade beneficiada. Para obter o financiamento, o produtor deve fazer um projeto técnico contendo, entre outros elementos, croqui da área, análise de solo e plano de manejo.

Para facilitar o acesso dos produtores paranaenses a essa linha de crédito, o Sistema FAEP/SENAR-PR promoveu diversas capacitações para produtores, técnicos e engenheiros-agrônomos para que possam escrever projetos aptos a captar recursos da linha de crédito ABC.

Nos últimos três anos, foram liberados pelo programa ABC R\$ 8 bilhões em todo Brasil, totalizando 32.934 contratos. Desse montante o Paraná representa 6,7% dos contratos (2.229) e 4,6% do volume de recursos (R\$ 371 milhões). As principais linhas contratadas no Estado foram para florestamento e reflorestamento, e correção intensiva de solos e pastagens.

Para a atual safra, o governo federal disponibilizou R\$ 3 bilhões para todo Brasil.

Central de monitoramento

Embrapa cria estrutura para monitorar redução nas emissões de carbono



O Brasil passa a contar, a partir de segunda-feira (21), com uma estrutura física especialmente criada para coordenar o sistema de monitoramento da redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) na agropecuária, bem como da dinâmica de estoque de carbono no solo. Trata-se da sede da Plataforma Multi-institucional de Monitoramento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa derivadas das ações do Plano ABC.

A coordenação fica estrategicamente situada nas instalações da Embrapa Meio Ambiente, em Jaguariúna (SP), e vai ajudar no compromisso do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC). Segundo o chefe-geral da Embrapa Meio Ambiente, Marcelo Morandi, a plataforma será um fator de agregação de competências das instituições envolvidas no monitoramento do Plano ABC.

Estarão alocadas as competências da Embrapa e de diversas instituições parceiras, capazes de gerar informações para um monitoramento robusto das estimativas de redução das emissões de GEE compromissadas para o Plano ABC. Cabe à plataforma a coleta, organização, análise, armazenamento e zelo pela segurança das informações e estimativas. Para tanto, a Plataforma ABC contará com um comitê diretor, que será res-

ponsável pela definição das suas diretrizes macroestratégicas e pelo acompanhamento do seu funcionamento.

O Comitê será composto por sete membros representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que atuará como presidente, e como secretário Executivo, um representante indicado pela Diretoria Executiva da Embrapa. O Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Rede Clima, instituições do sistema bancário (Banco Central ou Banco do Brasil), além da sociedade civil e do setor agropecuário privado, indicam um membro nato cada.

O sistema de monitoramento das emissões é considerado um componente estratégico para o Plano ABC. O monitoramento eficiente será a única forma de o país comprovar de que forma e em qual quantidade os setores da agricultura e pecuária brasileira estarão conciliando produção e sustentabilidade no mesmo pacote.

“É extremamente relevante o correto emprego das estratégias de monitoramento, de modo que possam garantir que as reduções sejam devidamente apuradas, contabilizadas e passíveis de serem comprovadas em 2020, inclusive para verificações de auditorias internacionais,” afirma o pesquisador Celso Vainer Manzatto, da Embrapa Meio Ambiente, que será o responsável técnico da Plataforma ABC.

FAEP pede atenção a PL da integração

PL nº 6459 foi criado para nortear as relações de integração e está pronto para ser votado na Câmara Federal



O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, encaminhou na última quinta-feira (17/03) um ofício aos deputados federais da bancada paranaense e aos parlamentares da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) pedindo atenção ao Projeto de Lei nº 6459, que trata das relações econômicas entre produtores integrados e empresas integradoras.

Esse sistema abrange importantes cadeias produtivas no país, como a avicultura, a suinocultura, a citricultura e a fumicultura. Para ter ideia da importância de alguns desses segmentos, apenas no último trimestre de 2015, foram abatidos mais de 5,7 bilhões de frangos no Brasil, sendo mais de 2 bilhões somente no Paraná, maior produtor de aves do país.

Essas atividades, no entanto, vivem numa espécie de vácuo legal, uma vez que não há em vigência uma legislação que contemple as relações de integração. Nesse sentido o PL nº 6459 vem dar clareza a estas relações, estabelecendo os direitos e deveres tanto dos integrados quanto das integradoras,

prevendo a padronização dos contratos que regem o sistema de integração.

A proposta também cria uma metodologia única para referenciar o valor pago aos produtores integrados. Segundo o documento “As cadeias produtivas necessitam de sustentabilidade econômica, para manter os produtores ativos e promover o crescimento da atividade”.

Essa proposta vem sendo construída a muitas mãos. As discussões em torno das emendas do PL aprimoraram a redação e envolveram representantes de todos os setores que compõem o sistema de integração. No segundo semestre de 2015 houve o consenso em torno das emendas propostas e hoje o projeto encontra-se pronto para votação na Câmara dos Deputados.

Dessa forma, o dirigente da FAEP pede aos parlamentares que a proposta seja apreciada, pois “tanto os produtores integrados quanto as integradoras necessitam de base jurídica para manter o sistema de integração”.

A revolta dos Colonos

André Amorim



Quem passa pela frente da prefeitura de Pato Branco pela primeira vez se surpreende ao deparar-se com uma estátua de um colono armado de uma foice e um revólver. A figura imponente é o lembrete de uma história sangrenta que o povo do Sudoeste do Estado não deve jamais esquecer. O episódio, que ficou conhecido como a revolta dos posseiros, ou revolta dos colonos, deixou um rastro de sangue e indignação até culminar com um levante popular que chegou a ganhar as páginas da imprensa internacional.

No dia 10 de outubro de 1957, cerca de 6 mil colonos

tomaram a praça matriz do município de Francisco Beltrão. Armados de foices, porretes, garruchas e as armas que estivessem à mão, eles tomaram a prefeitura, a delegacia e expulsaram as companhias de terra que haviam se instalado na região. Centenas de cartas promissórias assinadas pelos agricultores sob a ameaças de jagunços foram rasgadas e jogadas no chão. Logo a revolta se espalhou para os municípios vizinhos, que também vinham sendo alvo da ação das companhias. Era o fim de um período de medo e violência. O povo pacífico do Sudoeste dava um basta aos abusos e à violência de que vinham sendo vítimas há anos. O episódio ganhou as páginas da revista *Life* e do jornal francês *Le Monde*.

O início desse conflito se deu por volta de 1950. Na época, havia várias disputas judiciais quanto à propriedade das terras na região, que eram requeridas pelos governos estadual e federal e pela companhia Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (Citla), empresa formada por Mário Fontana, aliado do então governador Moisés Lupion, e que disputava o direito às terras com a União.

Como não podia vender as terras, uma vez que não podia fornecer o título de propriedade, a Citla decidiu cobrar dos colonos que já estavam instalados na região. Para efetuar a cobrança, entraram em campo outras duas companhias, a

Comercial e a Apucarana. Os métodos de cobrança envolviam ameaças, surras com correntes, estupros, incêndios em casas galpões e plantações, e, por fim, assassinatos.

A crueldade desses métodos está descrita pelos sobreviventes deste episódio no documentário “A Revolta”, dos diretores João Marcelo Gomes e Aly Muritiba, lançado em 2009. Neste relato, moradores da região lembram como o medo e a indignação imperavam na região naquele tempo, até o momento em que a situação se tornou insustentável e os colonos resolveram virar a mesa.

Alguns personagens se destacam nesta história. Um deles foi o médico gaúcho Walter Pécoits. Mesmo morando na área urbana de Francisco Beltrão, ele se engajou na luta, tratando dos colonos feridos e rodando o interior da região para formar lideranças e unir os produtores contra as companhias. Constantemente ameaçado de morte, realizava suas cirurgias sempre com o revólver na cintura, por baixo do guarda-pó de médico. Em um dos episódios mais emblemáticos da revolta, Pécoits leu um manifesto na rádio de Francisco Beltrão convocando os colonos a tomarem a cidade.

Outro herói da revolta foi o produtor Leopoldo Preilliper, conhecido como “Tigrinho”, ex-pracinha da Força Expedicionária Brasileira (FEB), morto pelos jagunços no distrito de Verê, no dia 2 de agosto de 1957, no episódio conhecido como “Combate do Verê”, no qual os colonos foram recebidos a bala em um ataque ao escritório da companhia. A morte de Tigrinho, um grande líder da população, acirrou os ânimos e deu o estopim final para a revolta que explodiria de forma definitiva poucos dias depois.

Outros, como o radialista Ivo Thomazoni, da Rádio Colméia, e Jácomo Trento, um comerciante de material elétrico conhecido como Porto Alegre, que atuava na região de Pato Branco, tornaram-se lideranças importantes na organização do movimento dos colonos. Apesar das revoltas mais conhecidas terem ocorrido nas cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão, nos municípios como Barracão, Santo Antônio e Capanema também ocorreram levantes.

A pedido dos colonos, uma companhia do Exército foi destacada para a região, à revelia do governo do Estado, que considerava a presença das Forças Armadas uma intervenção federal no Estado do Paraná. Os militares ficaram na região de forma pacífica até o momento da revolta. O Exército então se encarregou de prender os jagunços no quartel. Diversos pesquisadores são unânimes em afirmar que, sem

a presença do Exército em Francisco Beltrão, o episódio teria se convertido numa carnificina sem precedentes.

A conquista do direito à terra pelos colonos só viria anos depois do fatídico 10 de outubro de 1957. De acordo com a historiadora Éverly Pegoraro, na campanha eleitoral de 1960, uma comissão com representantes do Sudoeste foi formada para conversar com os candidatos à presidência da República, buscando providências para a legalização das terras. Mesmo depois da revolta, com as companhias grileiras fora da área, a titulação ainda não havia acontecido.

Quem prometeu solucionar o problema foi Jânio Quadros, que obteve mais de 80% dos votos da região Sudoeste do Estado. Em 1961 ele desapropriou as terras em litígio, declarando de utilidade pública as glebas Missões e Chopim e determinando regime de urgência para a desapropriação. Mas, foi somente em 1962, após a sua renúncia, que foi criado o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste (Getsop) com objetivo de solucionar a questão de terras no Sudoeste. O órgão atuou até princípios de 1974. No total, titulou 32.256 lotes rurais e 24.661 lotes urbanos.



Investimento na educação

Trinta e dois eventos para capacitar quatro mil profissionais da educação



O SENAR-PR e a Secretaria de Estado da Educação (Seed) estão ampliando a parceria para capacitar profissionais da educação da rede estadual de ensino para utilização da metodologia do Programa Agrinho. A meta é habilitar de forma presencial 4 mil pedagogos nos meses de abril, maio e junho. Os participantes irão atuar como multiplicadores do conteúdo nas suas escolas. Os professores das redes municipais de ensino também podem participar dos seminários regionais.

Os detalhes da parceria foram ajustados entre o SENAR-PR, Seed e os 32 Núcleos Regionais. Cada encontro terá duração de oito horas com duas palestras, uma temática e outra pedagógica, apresentação do programa, orientações e espaço para perguntas. Os primeiros encontros acontecerão entre os dias 12 a 15 de abril nas cidades de Assis Chateaubriand, Toledo, Cascavel e Foz do

Iguaçu. Confira a programação na tabela ao lado.

Na primeira semana as palestras são com a professora Edméa Oliveira Santos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com o tema “Pedagogia da transmissão e sala de aula interativa”. À tarde, a palestra temática é com o engenheiro-agrônomo e doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Cleverson Andreoli, com o tema “Dinâmica planetária e sustentabilidade”.

Além desses seminários, o SENAR-PR oferece também capacitação na modalidade Educação à Distância (EaD) aos professores da rede estadual desde 2011. Até o ano passado foram capacitados 23 mil professores. Desde o início da parceria, o SENAR-PR vem oferecendo um número crescente de cursos aos professores estaduais. Neste ano serão 11 cursos voltados à educação.

Pedagogia de projetos e interatividade

A palestra da professora Edméa Oliveira Santos vai abordar a pedagogia da interatividade, que propõe um outro jeito de comunicação em sala de aula. A especialista sugere que tanto o conhecimento do professor como a vivência do aluno e os recursos didáticos, como a tecnologia, podem circular na sala de aula para a construção da mensagem e do conhecimento pelo grupo.

“Nós reconhecemos e valorizamos a autoria do professor, mas, como Gilberto Freire nos ensinou, temos que valorizar também a experiência do aluno”, diz. Para desenvolver a interatividade, Edméa propõe o uso da metodologia de projetos proposta pelo Programa Agrinho, que tem como base a pedagogia da pergunta. “Essa metodologia sugere que professor e alunos façam perguntas e levantem temas geradores. E a partir daí os conteúdos curriculares são trabalhados, ao mesmo tempo em que esses conteúdos são interrelacionados com o que existe no mundo através da internet. Não podemos ficar isolados e essa interação acontece através da tecnologia”, completa.

Sustentabilidade

Cleverson Andreoli apresentará em sua palestra um panorama do planeta desde a origem, formação da vida e da evolução da biodiversidade. Isso tudo para contextualizar a fragilidade biológica do planeta. Ele também vai abordar os impactos ambientais e como eles estão relacionados com os impactos sociais e econômicos. “A conferência da ONU em Estocolmo, em 1973, foi um marco para a questão ambiental. A partir dela que começaram os primeiros avanços em relação à sustentabilidade do planeta. Melhoramos muito, mas ainda temos muito que avançar”, comenta.

O tripé da sustentabilidade pode ser resumido em: ambientalmente correto; economicamente viável e socialmente justo. “A sustentabilidade vai se fortalecer à medida que empresas, instituições e indivíduos mudem seu comportamento, ações e hábitos em relação ao planeta”, explica. Além de especialista em meio ambiente e desenvolvimento, Andreoli já foi consultor da ONU e é autor de 30 livros na área ambiental, sendo que seis deles são específicos para a área de educação ambiental.

PALESTRA MAGNA / TEMA	TERÇA-FEIRA 12/04	QUARTA-FEIRA 13/04	QUINTA-FEIRA 14/04	SEXTA-FEIRA 15/04
MANHÃ - EDMÉIA SANTOS Pedagogia da transmissão e sala de aula interativa TARDE - CLEVERSON ANDREOLI Dinâmica planetária e sustentabilidade	NRE ASSIS CHATEAUB.	NRE TOLEDO	NRE CASCAVEL	NRE FOZ DO IGUAÇU/ VIAGEM
PALESTRA MAGNA / TEMA	TERÇA-FEIRA 19/04	QUARTA-FEIRA 20/04	QUINTA-FEIRA 21/04	SEXTA-FEIRA 22/04
MANHÃ – ARACI ASSINELLI DA LUZ Adolescência, metodologias de ensino e desenvolvimento humano TARDE - SUZETE TEREZINHA ORZECOWSKI Aprendizagem Colaborativa	NRE IRATI	NRE UNIÃO DA VITÓRIA	FERIADO	FERIADO
PALESTRA MAGNA / TEMA	TERÇA-FEIRA 26/04	QUARTA-FEIRA 27/04	QUINTA-FEIRA 28/04	SEXTA-FEIRA 29/04
MANHÃ – EVELISE PORTILHO Estilos de aprendizagem e ensino, na formação continuada TARDE – LUCYMARA CARPIM Aprendizagem Colaborativa	NRE GOIOERÊ	NRE IVAIPORÃ	NRE CAMPO MOURÃO	VIAGEM

Os próximos passos

Comitês regionais planejam ampliação do programa, com foco na capilaridade



Coordenadores dos 17 comitês regionais do Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte, conhecido como Programa Pecuária Moderna, reuniram-se em Curitiba na última quinta-feira (16) para discutir o andamento do programa nas diferentes realidades do Estado, e definir as suas próximas etapas.

A iniciativa, que foi lançada no ano passado pela FAEP com apoio do governo do Estado e de diversas entidades, tem como objetivo desenvolver a bovinocultura paranaense, organizando a cadeia e proporcionando uma produção de maior qualidade e capaz de alcançar mais mercados.

Segundo o diretor do comitê gestor e presidente do Sindicato Rural de Guarapuava, Rodolpho Werneck Botelho, a reunião foi importante, principalmente para auferir a disponibilidade dos pecuaristas paranaenses em aderir ao programa. “Temos que identificar quais são os gargalos para esse programa ganhar capilaridade, e esse foco muda de região para região”, avalia.

Ao longo do dia, os participantes trocaram experiências e discutiram estratégias para aprimorar a pecuária de corte no Paraná. Depois do relato das experiências em cada região, foi realizada uma palestra do professor Paulo Rossi, da UFPR, que discorreu sobre a conjuntura do mercado da carne bovina e as perspectivas para o setor. Segundo ele, o Paraná não deve “correr atrás

da quantidade”, mas sim investir na qualidade da carne. Na sua avaliação, o momento é muito favorável no cenário internacional para o produto brasileiro: “Se não aproveitar agora, vamos perder o bonde da história, esse é o momento de investir”.

Presente na reunião, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, destacou a importância de planejamento e de acompanhamento técnico para que o Estado desenvolva uma pecuária de sucesso. “Essa transformação depende, sobretudo, do pecuarista, que

precisa ter projeto e planejamento”, afirmou.

Também presente no evento, o secretário estadual de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara parabenizou os participantes pela iniciativa. “Vocês conhecem o pensamento dos criadores de cada região”, observou, acrescentando que, “com organização e planejamento, é possível desenvolver uma pecuária competente e que dê retorno financeiro”.

O evento contou com uma mesa redonda sobre a comercialização de carnes diferenciadas. Para participar dessa ação foram convidados representantes do setor industrial de carnes.

“Sempre se falou que o pecuarista é desunido. Nós temos que seguir a linha do gado de leite, que se uniu e ficou mais forte”, observa a secretária executiva do comitê regional de Maringá, Larissa Galassini. Segundo ela, já estão sendo estruturadas diversas ações para alavancar a atividade na região. Uma delas consiste no treinamento de técnicos - entre veterinários e zootecnistas - em um curso de capacitação na bovinocultura de corte. Após esta formação, eles vão atuar junto às propriedades de referência da região dando assistência aos produtores participantes.

Também está previsto que na próxima Expoingá serão feitas ações para chamar pecuaristas a participar do programa. “Ainda tem muita gente que não conhece o plano. Tem que estar sempre chamando”, avalia Galassini.

Trocando de carne

Abate de bovinos caiu em 2015, segundo o IBGE; frangos e suínos bateram recorde



O abate de suínos cresceu 5,7% e o de frango 5,4% em 2015 na comparação com 2014, estabelecendo novos recordes. Já o abate de bovinos apresentou queda de 9,6% entre 2014 e 2015, com 30,64 milhões de cabeças contra 33,91 milhões em 2014. Os dados foram divulgados na última quinta-feira (17/3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e fazem parte dos resultados do abate de animais, produção de leite, couro e ovos referentes ao 4º trimestre do ano passado.

Em 2015 foram abatidas 39,26 milhões de cabeças de suínos, com a série anual mostrando crescimento ininterrupto da atividade desde 2005, o que acabou culminando com o novo patamar recorde de 2015. O peso acumulado das carcaças de suínos alcançou 3,43 milhões de toneladas no mesmo ano, com aumento de 7,4% em relação a 2014. Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná foram lideraram o abate de suínos. Em relação a 2014, Santa Catarina e Paraná aumentaram o volume de cabeças abatidas, enquanto o Rio Grande do Sul teve queda. No Paraná, 8 milhões de cabeças foram abatidas.

No caso dos frangos, o abate cresceu 5,4% com 5,79 bilhões de cabeças. O número é recorde, o que levou o segmento a alcançar um novo patamar. O peso acumulado das carcaças

no abate de frangos em 2015 alcançou 13,14 milhões de toneladas, com alta de 5% em relação a 2014. O Paraná, o maior produtor nacional, lidera o ranking nacional de abates com 2 bilhões frangos.

Quando se trata do abate de bovinos, a queda teve reflexos também na produção de carcaças. Segundo o IBGE, a produção de 7,49 milhões de toneladas de carcaças bovinas em 2015 foi 7,1% menor que a do ano anterior (8,06 milhões de toneladas). O abate de 3,27 milhões de cabeças de bovinos a menos no comparativo 2015/2014 foi impulsionado por reduções em 23 das 27 Unidades da Federação. As principais quedas foram em Mato Grosso (-811,42 mil cabeças), Mato Grosso do Sul (-532,31 mil cabeças) e São Paulo (-471,46 mil cabeças). Mato Grosso, mesmo com queda de 15,2%, continuou liderando o ranking no país em 2015, seguido por Mato Grosso do Sul e Goiás.

No que se refere ao leite, a compra do produto também recuou entre 2014 e 2015 atingindo 24,05 bilhões de litros no ano passado, queda de 2,8% em relação a 2014. Minas Gerais foi responsável por 26,8% da aquisição de leite. Em 2º lugar, o Rio Grande do Sul (14,5%). O Paraná isoladamente teve queda de 8,7%, com 800 milhões de litros.

O tempo está acabando

Prazo para fazer o cadastro ambiental dos imóveis rurais termina em 5 de maio. Maioria ainda não fez o registro



A quase um mês de encerrar o prazo, apenas 41% dos imóveis cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) preencheram o Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Paraná. Desde que iniciaram os cadastramentos até a última terça-feira (15) foram cadastrados 218.272 imóveis rurais no Paraná. Os dados mostram que o pico de cadastramento dos imóveis rurais no Paraná ocorreu em abril de 2015, véspera do vencimento do prazo que posteriormente foi prorrogado. Nos últimos dois meses (fevereiro e março) houve o registro de um pequeno aumento no número de cadastros, mesmo assim ainda faltam 59% dos imóveis. Do total de cadastros efetuados até agora, 92% correspondem a imóveis de até quatro módulos.

O proprietário de imóvel rural que não aderir ao CAR até o prazo de 5 de maio, deste ano, deve enfrentar problemas para garantir os benefícios definidos pela Lei, além da proibição de acesso ao crédito agrícola a partir de 28 de maio do próximo

ano. Fica, ainda, impossibilitado de realizar transações em cartório e de aderir ao Programa de Recuperação Ambiental (PRA), quando existir passivo ambiental.

Outra consequência será a perda dos benefícios de área consolidada, ou seja, APPs com dimensões menores de beira de rio e isenção de recomposição de reserva legal para produtores com propriedades até 72 hectares.

O Instituto Emater abriu um escritório em sua sede, em Curitiba, para tornar mais ágil o atendimento dos produtores rurais que precisam fazer o CAR. O atendimento será feito mediante agendamento pelo telefone (41) 3210-4000. O escritório de Curitiba fica na Rua da Bandeira, 500, Ahú.

Motivação é a chave

Melhor forma de manter as próximas gerações no campo é estimular o amor à terra e o respeito pelo trabalho rural



Gustavo, Cidicley e Oradi: três gerações de trabalho no campo

Uma das grandes preocupações do setor agropecuário é a sucessão familiar. Não é de hoje que as novas gerações vêm buscando oportunidades no meio urbano, muitas vezes deixando de lado o legado construído pela família no meio rural. Quando isso acontece, o desfecho é dramático. Sem que ninguém dê continuidade ao trabalho na terra, muitas vezes a única opção é vender, ou arrendar a propriedade.

Uma saída para essa situação é estimular nos jovens desde cedo o amor pela terra e o respeito pela atividade rural. Nesse caso, o exemplo é a ferramenta mais importante. “Se a vida toda o filho escuta em casa que a situação é difícil, que a vida no campo é ruim, ele vai querer sair de lá”, observa o jovem Gustavo Caldato, estudante de 19 anos, que se prepara para dar continuidade ao trabalho na propriedade da família, iniciado pelo bisavô, que chegou a Pato Branco, no Sudoeste do Paraná, em 1947.

Nascido em uma linhagem de produtores rurais, apesar da pouca idade, sua percepção guarda uma grande sabedoria sobre a sucessão familiar. “Se queremos que os jovens permaneçam no campo, é preciso mostrar os aspectos positivos dessa vida”, observa.

Da janela da sua propriedade, o avô de Gustavo e presidente do Sindicato Rural de Pato Branco, Oradi Caldato, aponta a casa onde

nasceu, em 1949. Seu filho, Cidicley Caldato, pai de Gustavo, têm o mesmo apreço e a dedicação que o patriarca tem pela terra de onde a família sempre tirou seu sustento.

Pai e filho trabalham juntos há mais de 20 anos e nunca se desentenderam. “Nunca erguemos a voz um com o outro”, conta Oradi. “O pai abriu espaço para mim, foi delegando, aos poucos deixou eu tocar da minha maneira”, afirma Cidicley, mostrando que o respeito deve ser sempre uma via de duas mãos, onde os mais jovens respeitam a sa-

bedoria dos mais velhos e estes, por sua vez não se fecham para as inovações técnicas.

Com isso, acabaram incorporando novidades e descobrindo muitas coisas juntos. “O Cidicley sempre esteve ligado à terra, desde pequeno gostava. Quando mecanizei a lavoura, ele devia ter uns três, quatro anos. Ele viu a gente sair da carroça e ir pro trator e se encantou”, conta o patriarca.

Atualmente o trator evoluiu para o GPS e a propriedade entrou na era da agricultura de precisão. “Já tenho 100% da propriedade mapeada e corrigida”, diz Cidicley. Ele conta que fez o vestibular para o primeiro curso agronomia de Pato Branco, porém quando foi chamado descobriu que as aulas eram em período integral e decidiu abdicar. “Na época o pai era vereador, então eu decidi não fazer o curso para poder ajudar na fazenda”, lembra.

Hoje seu filho Gustavo traça um caminho diferente. Ele faz curso noturno de Agronomia, e durante o dia ajuda na fazenda. Aos poucos ele vai se inteirando da rotina da propriedade e planejando o que será do seu futuro. Deverá ser a quarta geração a tocar a mesma propriedade. Sobre isso, o avô Oradi é categórico: “Sucessão não é acaso, é motivação”.

Hackers no campo

Maratona vai unir forças para criar startups, aplicativos e ferramentas que apresentem soluções para o setor agrícola



A tecnologia e a informática estão cada vez mais presentes no campo. Do monitoramento do clima, pragas e sementes, à Agricultura de Precisão (AP), com mapas de colheita, entre outras ferramentas, são alguns dos exemplos da infinidade de dados gerenciáveis numa propriedade rural. Essas tecnologias permitem que o produtor monitore dados através de um computador ou pelo celular, e ajudam na tomada de decisões, com o aumento de produtividade, redução de custos, entre outros benefícios.

Diante desse contexto, pela primeira vez o agronegócio será tema da maratona Hackathon Smart Agro, durante a Expo Londrina, nos dias 8 e 10 de abril. O evento, que é realizado pela terceira vez em Londrina, reúne hackers, programadores e inventores para criar projetos que transformem informações de interesse público em soluções digitais. Neste ano, os participantes terão 48 horas para criar startups, aplicativos e ferramentas que apresentem soluções para o setor de agronegócios.

Durante o lançamento da maratona, no último dia 10 de março, o professor Tsen Chung Kang, da Faculdade Técnica do Estado de São Paulo (Fatec), ministrou a palestra “Evolution in AgriBiz – a vez do Brasil”. O evento contou com a presença de lideranças e representantes de diversas instituições, entre eles, o presidente da Jacto, Shunji Nishimura.

SENAR-PR

O SENAR-PR estará participando do Hackathon, com dois instrutores da área de Gestão atuando como mentores durante a maratona. Ao todo serão mais de 50 mentores durante as 48 horas da maratona. Entre eles, está confirmada a participação do professor doutor e Ph.D em AP, José Paulo Molin, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq- USP).

“Os inscritos são programadores, desenvolvedores, designers, entre outros profissionais. A maioria dos participantes não possui amplo conhecimento sobre área agrícola, dessa forma, o papel dos mentores é dar um suporte e orientá-los sobre os diversos assuntos ligados ao setor”, explica o supervisor do SENAR-PR em Londrina, Arthur Piazza Bergamini.

A maratona

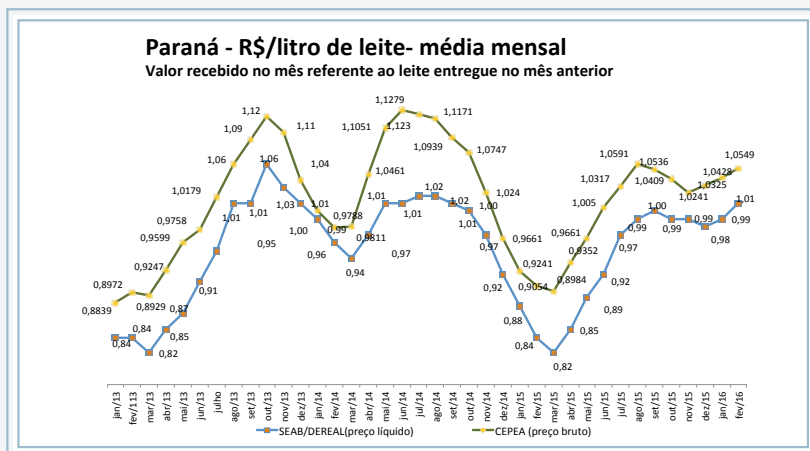
Pessoas de qualquer profissão ou habilidade podem participar da maratona. As inscrições ocorrem até o dia 3 de abril e as vagas estão limitadas a 80 participantes distribuídos entre Negócio ou Agronegócio (16 vagas), Designers (16 vagas) e Desenvolvedores (48 vagas). Para se inscrever basta acessar o site www.sympla.com.br/hackathon---smart-agro__57556

Os vencedores levam um prêmio em dinheiro e a oportunidade de vender a ideia ao mercado. Ao todo o evento deve distribuir perto de R\$ 8 mil em prêmios. Com o apoio do Sindicato Rural de Londrina e o SENAR-PR, a Hackathon Londrina será realizada por uma comissão organizadora, composta por membros da Sociedade Rural do Paraná, Arranjo Produtivo Local (APL) de Tecnologia de Informação (TI) de Londrina e Região, Instituto de Desenvolvimento de Londrina (CODEL), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a companhia de telecomunicações Sercomtel.

Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná / **CONSELEITE-PR**

RESOLUÇÃO Nº 03/2016

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 15 de março de 2016 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em fevereiro de 2016 e a projeção dos valores de referência para o mês de março de 2016, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - FEVEREIRO/2016

Matéria-Prima	Valor Projetado em fevereiro/2016	Valor Final fevereiro/2016	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO	0,9313	0,9464	0,0151

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - FEVEREIRO/2016 E PROJETADOS PARA MARÇO/2016

Matéria-Prima	Valores Finais fevereiro/2016	Valores Projetados em março/2016	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO	0,9464	0,9892	0,0428

(*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural

Observações: Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada "Leite PADRÃO", que se refere ao leite analisado que contém 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 400 mil células somáticas /ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de março de 2016 é de **R\$ 1,8447/litro.**

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafeap.org.br/conseleite

Curitiba, 15 de março de 2016

WILSON THIESEN Presidente | **RONEI VOLPI** Vice - Presidente

Aumento da produtividade de soja

Apesar do clima irregular que marcou a atual safra de soja (2015/2016), a produtividade média da oleaginosa no país será maior nesta temporada e permitirá uma colheita de 101,7 milhões de toneladas, cerca de 5% à frente do ciclo passado, segundo a Agroconsult. O número é ligeiramente superior aos 101,6 milhões previstos anteriormente pela consultoria e aos 101,2 milhões indicados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Nos cálculos da Agroconsult, o rendimento por hectare subirá de 50,5 sacas, em 2014/15, para 51 sacas este ano. No Paraná, vice-líder na produção, que sofreu com o excesso

de dias nublados e a pressão da ferrugem, a expectativa é de uma baixa de rendimento para 53,6 sacas por hectare, ante 54,9 sacas em 2014/15.



Energia renovável

O chefe do Escritório do Paraná da Província de Kioto, Seiji Hiashiro visitou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, na segunda-feira (14) para discutir investimentos na área de tecnologia na produção de energia renovável. Hitochi Nakamura e Jorge Watanabe, da empresa Sumitomo também participaram do encontro.

Menos trigo

Para o trigo, mesmo com os preços atrativos, a expectativa é de que a área destinada à cultura seja menor nesta safra. O clima, os elevados custos de produção, o seguro de custeio, o valor do preço mínimo e a concorrência com o milho safrinha estão entre os fatores que fazem os produtores pensarem duas vezes antes de apostar no trigo. No Paraná, os produtores já começaram a semear a cultura. Números oficiais ainda não foram divulgados, mas estimativas do mercado e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) indicam uma possível redução na área de plantio em relação ao ano passado, quando foram semeados 2,4 milhões de hectares, 1,3 milhão somente no Estado.

A consequência direta do cenário será o aumento da importação do produto. O país consome atualmente 11 milhões

de toneladas de trigo, mas produz menos da metade. Em 2015, foram 5,5 milhões de toneladas, o restante veio de fora. Com o dólar cotado acima dos R\$ 3,70, o custo de importação será alto, impactando diretamente nos preços de pães e massas.



Obra e reformas em Apucarana

As reformas mais necessárias eram da rede elétrica e hidráulica do prédio do Sindicato Rural, que tem 45 anos de idade



Desde fevereiro, o Sindicato Rural de Apucarana conseguiu um reforço de caixa. Após a reforma e readequação da sede própria do sindicato a instituição conseguiu locar uma área de 600 metros quadrados para uma escola de idiomas. Agora o sindicato funciona em uma área de 200 m² com auditório, departamento sindical, contabilidade, departamento de pessoal e demais dependências. O prédio tem ainda estacionamento para 25 veículos.

“A reforma era essencial, as redes elétrica e hidráulica estavam inadequadas. O prédio foi construído há mais 45 anos. Com a readequação conseguimos uma forma de obter uma nova fonte de renda para o sindicato e atender com ainda mais eficiência nossos associados”, comenta o presidente do sindicato, Claudomiro Rodrigues da Silva.

O líder sindical explica que com a substituições dos serviços oferecidos aos associados as instalações do sindicato ficaram obsoletas. “Antigamente oferecíamos atendimento médico e odontológico, mas esses serviços deixaram de ser prestados. Tínhamos que pensar uma forma de otimizar o espaço e resolver a questão da manutenção do prédio”.

A obra foi dividida em duas etapas. A primeira fase foi a troca completa das redes elétrica e hidráulica, a adequação do andar térreo e a compra de mobiliário, que custaram R\$ 152 mil. Após

sete meses de obra a mudança foi feita e começou a segunda fase no primeiro andar. A locação começou a um mês e a segunda etapa da obra custou certa de R\$ 130 mil.

História

Criado há 49 anos o Sindicato Rural de Apucarana oferece aos produtores rurais associados, além das assessorias sobre contratação de empregados (registro de empregados, folhas de pagamento, rescisões trabalhistas, orientações específicas etc), Imposto de Renda e livro-caixa, Imposto Territorial Rural (ITR), Preenchimento e Orientação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Convênio com Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para a emissão de Certidão Negativa e orientação com a legislação ambiental, Preenchimento do Ato Declaratório Ambiental (ADA-Ibama), entre outras.

Atualmente o sindicato tem 362 associados e mantém extensão de base nos municípios de Cambira, Califórnia e Rio Bom. Por mês, o Sindicato Rural de Apucarana realiza em média seis cursos do SENAR-PR. Também tem participação nas Comissões Técnicas da FAEP nas áreas de Bovinocultura de Corte, Grãos e Cereais, Avicultura e Meio Ambiente.

Abatiá**Agrotóxico**

O Sindicato Rural de Abatiá realizou, de 2 a 4 de março, o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxico - NR 31.8. Participaram 15 produtores rurais com o instrutor Antônio Felipe Domanski dos Reis.

Arapoti**Tratorista**

O Sindicato Rural de Arapoti, em parceria com a Fazenda Mutuca, realizou nos dias 18 a 23 de janeiro quatro cursos de Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola) – NR 31. No total participaram 58 produtores e trabalhadores rurais com os instrutores José Augusto Adaghinari Olzewski e pela Silvana de Fatima Ribeiro Olzewski.

Bandeirantes**Olericultura**

O Sindicato Rural de Bandeirantes realizou, na comunidade São Pio na propriedade da produtora rural Marilda Bernini, de 18 a 22 de janeiro o curso Olericultura - Identificação e controle de doenças. Participaram 15 produtores rurais com o instrutor: Tiago Miguel Jarek.

Cianorte**Costal Manual**

O Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a Destilaria Melhoramentos Norte do Paraná, realizou, de 4 a 6 de fevereiro, o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – Costal Manual. Participaram 10 trabalhadores rurais com o instrutor Jorge Luiz Dias Alves.

Cianorte**Formigas Cortadeiras**

O Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a Destilaria Melhoramentos Norte do Paraná, realizou no dia 11 de fevereiro, o curso de Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – Formigas Cortadeiras. Participaram 10 trabalhadores com o instrutor Jorge Luiz Dias Alves.

Cianorte**Tratorista Agrícola**

No período de 25 a 30 de janeiro, o Sindicato Rural de Cianorte realizou, em parceria com a Destilaria Melhoramentos Norte do Paraná, dois cursos de Trabalhador de Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas – NR 31. Participaram 21 trabalhadores e trabalhadoras rurais com o instrutor Newton Cardoso da Silva.

São José dos Pinhais**Panificação**

O Sindicato Rural de São José dos Pinhais realizou, na comunidade Campestre da Faxina, nos dias 18 e 19 de fevereiro, o curso Produção Artesanal de Alimentos – panificação. Participaram 15 produtoras rurais com a instrutora Joelma Kapp.

São Mateus do Sul**Panificação**

O Sindicato Rural de São Mateus do Sul realizou, em parceria com a Casa Familiar Rural, nos dias 18 e 19 de fevereiro, o curso Produção Artesanal de Alimentos – panificação. Participaram 11 produtoras rurais com a instrutora Marilsa Simone Retzlaff.

Lula!

Em homenagem a um certo ex-presidente, e desejando tê-lo logo em Curitiba, reproduzimos abaixo algumas curiosidades a respeito do nosso fruto do mar preferido. O maior invertebrado que habita os oceanos é a lula colossal (*Mesonychoteuthis hamiltoni*). O maior exemplar conhecido foi capturado por pescadores da Nova Zelândia. Tinha 495 quilos e media 4,5 metros. Seus olhos também são os maiores do reino animal – com o bicho vivo, deviam ter de 30 a 40 centímetros. Estima-se, entretanto, que existam exemplares muito maiores vivendo em grandes profundidades.

As lulas têm oito tentáculos, assim como os polvos, mais um par de nadadeiras. Elas nadam direcionando jatos de água e direcionam o movimento usando os tentáculos e as nadadeiras. A lula tem, ainda, uma glândula que produz tinta escura, para ser lançada na água quando se sente intimidada. Funciona como um tipo de “cortina de fumaça”, permitindo a fuga do animal.



Sexta língua

O idioma português é o sexto idioma mais falado no planeta e a terceira entre as línguas ocidentais, após o inglês e o castelhano – perde ainda para o mandarim, o árabe e o hindi. É idioma oficial de sete países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, Timor Leste e São Tomé e Príncipe.



A primeira faz tchan...

Em uma manhã quente de 1895, ao fazer a barba, King Camp Gillette, funcionário da companhia de selos de Baltimore, nos Estados Unidos, simplesmente teve um momento. Percebendo que para se barbear, só a ponta da lâmina da navalha era necessária, pensou então em fabricar uma lâmina de aço pequena e descartável. Muito mais prático do que a navalha, que ele vivia tendo que levar a um amolador. O segredo não era propriamente o aparelho, e sim a lâmina, uma camada fina de aço afiada dos dois lados, que poderia ser usada algumas vezes e depois substituída. Gillette demorou anos tentando convencer os industriais de que seria possível produzir uma lâmina assim. Finalmente, em 1901, começou suas vendas. Estava nascendo um império empresarial.



Pequeno e famoso

O Principado de Liechtenstein era um ilustre desconhecido da maioria dos brasileiros até a semana passada, quando foi mencionado na delação premiada do senador Delcídio do Amaral – segundo ele, o senador Aécio Neves teria criado uma fundação, sediada no país, para receber dinheiro ilícito. É um país bem pequenininho: tem 160 km² (menos da metade do município de Maringá) e 35 mil habitantes. O idioma falado em Liechtenstein é o alemão e sua moeda, o franco suíço. Quer encontrá-lo no mapa? Fica entre a Suíça e a Áustria.



Homenagem

A leitora Ana Lúcia Megda Ramos, de Maringá, envia essa foto do sítio de seu pai, João Hipólito Megda, pioneiro em Umuarama e já falecido. O sítio está situado em Cafezal do Sul, e os dois Ipês plantados por ele ficarão para posteridade, deixando viva a sua memória.

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo e-mail: imprensa@faep.com.br

O robô grego

Robôs são criações modernas, derivadas da mais alta tecnologia, não é?

Mais ou menos. Embora os circuitos da microinformática contemporânea tenham facilitado muito o processo de criar e colocar em funcionamento esses autômatos, eles há muitos séculos povoam a imaginação humana. Na mitologia grega, por exemplo, o guardião da ilha de Creta era uma enorme estátua viva chamada Talos, feita de bronze. Talos circulava toda a ilha três vezes por dia, para protegê-la de piratas e invasores.



Os jacarés

Um fazendeiro resolveu colher algumas frutas na sua propriedade. Pegou um balde vazio e seguiu para o pomar. No caminho, ao passar por uma lagoa, ouve vozes de mulheres – que, provavelmente, invadiram as suas terras. Ao aproximar-se lentamente, observa várias moças banhando-se na lagoa, sem roupa. Quando elas percebem sua presença, nadam até a parte mais funda e uma delas grita:

— Nós não vamos sair daqui enquanto você não for embora!

O fazendeiro responde:

— Não vim aqui pra olhar vocês, só vim alimentar os jacarés!



ENGLISH FOOTBALL LEAGUE

A avó de todas as copas

O sistema de campeonatos de futebol da Inglaterra é um dos mais complexos do mundo. Há cerca de 140 ligas esportivas disputando campeonatos de abrangência nacional, regional e local, com 480 divisões e mais de 7 mil times em ação. A English Football League, que equivale à segunda divisão do campeonato nacional (abaixo da Premier League, onde jogam Chelsea, Manchester United, Liverpool e outros clubes famosos), é a liga mais antiga do mundo: completa 128 anos nesta quarta-feira, dia 23.

O bom e velho figo

O figo é uma das frutas que a humanidade conhece há mais tempo. É citada nos primeiros capítulos da Bíblia – foi com folhas de figueira que Adão se vestiu, quando percebeu que estava nu. Hoje em dia, é muito apreciado pelo sabor polivalente:

é comido como sobremesa, como recheio de pratos salgados e até nas saladas. Segundo os nutricionistas, a fruta cumpre um papel fundamental para o metabolismo das proteínas, gorduras e carboidratos, pois reúne substâncias essenciais para esse processo, como as vitaminas do Complexo B.





O CAÇADOR E A FLAUTA MÁGICA

Em suas muitas andanças pela África, o Grande Caçador Branco encontrou um feiticeiro que dizia ter grande influência sobre os animais. Pediu-lhe, então, que lhe arrumasse algum instrumento capaz de auxiliá-lo em suas caçadas. Acampado nas savanas da Namíbia, ele esperou por vários dias até que o velho trouxe sua arma secreta: uma flauta.

Mas, obviamente, não era uma flauta qualquer. Era uma flauta mágica. Ao ser tocada perto de qualquer bicho, este entrava em um transe hipnótico e começava a dançar.

Entusiasmado com o instrumento, o caçador organizou uma expedição ao coração do continente. Convidou dois amigos caçadores para aquela que seria a maior das suas aventuras.

Tudo começou muito bem. Logo no primeiro dia de caçada, o grupo se deparou com uma feroz hiena. De imediato, o caçador pôs-se a tocar a flauta. Milagrosamente, a hiena – que já estava perto de abocanhar um de seus companheiros –, pôs-se a dançar. Foi fuzilada a queima roupa.

Horas depois, um sobressalto: a caravana foi atacada por um leopardo, que saltava do alto de uma árvore.

Ao som da flauta, contudo, o animal transformou-se. Ficando manso, dançou.

Os caçadores não hesitaram e mataram-no com vários tiros. E foi assim – a flauta era tocada, animais ferozes dançavam, caçadores os matavam. Até que, ao fim do dia, o grupo encontrou pela frente um leão faminto.

A flauta soou, mas o leão não dançou. Ao contrário, atacou um dos amigos do Grande Caçador Branco, devorando-o.

Logo depois, devorou o segundo.

O caçador-flautista, desesperadamente, fazia soar suas notas musicais sem resultado algum. O leão não dançava.

E, enquanto tocava e tocava, o caçador foi devorado.

Dois macacos, em cima de uma árvore próxima, assistiram a tudo. Um deles falou, com sabedoria:

— Eu sabia que eles iam se dar mal quando encontrassem o surdinho...

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em / / _____ Responsável
Em / / _____

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br